

# Análise de trabalhos científicos relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões brasileiras

## Analysis of scientific papers related to the development of family farming in the Brazilian regions

Valdir Serafim Junior<sup>1</sup>  
Adriana Maria De Grandi<sup>2</sup>  
Geysler Rogis Flor Bertolini<sup>3(\*)</sup>

### Resumo

Este estudo objetivou identificar importantes aspectos socioeconômicos e entender a dinâmica da agricultura familiar no contexto nacional, serviram como base de dados de pesquisa os artigos disponibilizados pela CAPES durante o período de 2011 a 2015. Verificou-se a grande dependência da Agricultura Familiar de ações governamentais, instituídas para a resolução de problemas existentes ou manutenção em determinadas áreas, possibilitando o controle para que fiquem dentro de níveis aceitáveis, essas ações são efetivadas através das políticas públicas, identificando barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. O estudo aponta que os estabelecimentos familiares estão vinculados a regiões diversas, com características distintas, porém todos fornecem informações que vinculam o agricultor familiar a um negócio, necessitando de desempenho econômico e depende do mercado, foram utilizadas no estudo as regiões nordeste, sudeste, centro oeste e sul. Conclui-se a necessidade de manutenção das políticas públicas para o desenvolvimento dos agricultores familiares e sua permanência no campo, destacando-se, nos periódicos, o PRONAF, o PAA e o PNAE.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; políticas públicas; empreendedor rural.

- 
- 1 Ciências Contábeis; Professor Auxiliar A, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE; Endereço: Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1300, Loteamento Universitário das Américas, CEP: 85870-650 - Foz do Iguaçu, Paraná, - Brasil; E-mail: valdir.junior@unioeste.br
  - 2 Dra.; Engenheira Agrícola; Professora Adjunta na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE; Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Caixa Postal: 91, CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon, Paraná – Brasil; E-mail: adrianadegrandi@yahoo.com.
  - 3 Dr.; Administrador de Empresas; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável, do Mestrado Profissional em Administração e do Mestrado em Contabilidade da UNIOESTE; Endereço: Rua Universitária, 1619 - Corredor E - sala 5, Jardim Universitário, Caixa-postal: 000701, CEP: 85819-110 - Cascavel, Paraná – Brasil; E-mail: geysler\_rogis@yahoo.com.br (\*) Autor para correspondência.

Recebido para publicação em 19/6/2016 e aceito em 7/11/2016

Ambiência Guarapuava (PR) v.13 n.1 p. 245 - 259 Jan./Abr. 2017 ISSN 2175 - 9405  
DOI:10.5935/ambiencia.2017.01.16

## Abstract

This study aimed to identify important socioeconomic and understand the dynamics of family farming in the national context, served as a research database items available from *CAPE*S during the period from 2011 to 2015. It was the heavy reliance of Family Farming of government actions, instituted to resolve problems or maintenance in certain areas, making it possible to control so that they are within acceptable levels, these actions are accomplished through public policies, identifying barriers to transformation of the family farmer in rural entrepreneur in the Brazilian context. The study shows that family farms are linked to different regions, with different characteristics, however all provide information linking the family farmer to a business in need of economic performance and depends on the market, it was used to study the northeast, southeast, center west and south; It concludes the need for these policies to the development of family farmers and their stay in the field, especially in the periodic *PRONAF*, the *PAA* and *PNAE*.

**Key words:** Family agriculture; public policy; rural entrepreneur.

## Introdução

A forma de organização da agricultura está relacionada ao modo de exploração e ao tamanho das propriedades rurais. Na agricultura familiar, a gerência da propriedade é feita pela própria família e o trabalho, em sua maior parte também, podendo haver contratação de mão de obra esporadicamente. A atividade agrícola como a principal fonte de renda, compete em desigualdade com outro tipo de organização, a agricultura patronal ou empresarial, cujo tipo de organização apresenta maiores níveis de tecnificação, investimentos, sendo um mercado voltado a produções em escala e agronegócio.

O Estatuto da Terra, pela Lei nº 4.504/64, define, em seu artigo 4º, parágrafo segundo a agricultura familiar:

[...]

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva

toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

A Lei 11.326/06 estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A agricultura familiar exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado do País. Os milhões de pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão e de vital importância para o Brasil. Todos os anos, a agricultura familiar movimenta bilhões de reais no País, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras. Além disso, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural. (DAMASCENO et al., 2011),

O processo de modernização da agricultura brasileira integrou, de forma subordinada a agricultura familiar às grandes cadeias agroalimentares, onde o agricultor produzia a matéria-prima no padrão exigido para as indústrias, induzindo assim, o modelo agrícola à monocultura, ocasionando rupturas com as características da agricultura familiar. Os agricultores familiares, ao negligenciarem os cultivos de subsistência, intensificam a dependência da renda monetária da safra para garantir a maior parte de sua alimentação; consequentemente, os recursos financeiros destinados aos investimentos na propriedade tornam-se reduzidos ou ausentes, pelo fato de a renda obtida com os monocultivos em pequena área apresentar baixo retorno financeiro (BALEM; SILVEIRA, 2005).

Visto isso, verifica-se a grande dependência da Agricultura Familiar de ações governamentais, para a resolução de problemas existentes ou manutenção em

determinadas áreas para que fiquem dentro de níveis de controle aceitáveis, cujas ações são efetivadas através das políticas públicas.

As políticas públicas que surgem da necessidade de resolução ou prevenção de problemas, por vezes, são necessárias para intervenção em problemas não resolvidos ou mal resolvidos; também podem ser fundamentadas pelo aparecimento de oportunidades e pela mudança dos atores políticos.

A Constituição brasileira de 1988 estabelece um compromisso claro com o desenvolvimento, a distribuição da riqueza, o combate à pobreza e as desigualdades sociais, os direitos sociais e a proteção do meio ambiente, por um lado, e com a democracia participativa, de outro (SMANIO, 2013).

As políticas públicas devem atender aos interesses da maioria da população; deve, também, existir a participação entre os envolvidos, seja na sua concepção ou para validação ou avaliação de políticas já existentes, principalmente quando está relacionada a níveis locais, dependendo desse envolvimento para a identificação de limites, possibilidades e dificuldades.

Visando apoiar a agricultura familiar, foi fundado, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criando linhas especiais de crédito, destinando apoio financeiro aos excluídos do sistema formal de crédito. Teve, em 1996, o início de suas operações.

A meta social do PRONAF é promover o desenvolvimento sustentável da unidade de produção familiar, fornecendo assistência financeira e técnica para que os pequenos produtores, na função de planejar, orientar, coordenar e monitorar a produção de alimentos em pequenas propriedades.

Nesse sentido, a primeira iniciativa concreta ocorreu em 1996, com a instituição

do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliado a partir de 2004. Com o programa, os agricultores familiares conquistaram maior atenção do governo federal e ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida. Até então, os instrumentos de apoio destinados a essa categoria estavam divididos em diversas políticas setoriais (política agrícola, programas de colonização, política de combate à pobreza rural etc.) e em categorias operacionais (BUAINAIN, 2006).

A partir dessa explanação, seria possível verificar, nas atuais pesquisas relacionadas à agricultura familiar brasileira, quais os fatores regionais para seu desenvolvimento. Desse modo, foi efetuado levantamento bibliográfico em periódicos da CAPES, no período de 2011 a 2015, envolvendo o tema agricultura familiar e sua relação com o mercado, emprego e renda, buscando identificar, dentro desse contexto, as características regionais desses estabelecimentos e quais os fatores que apresentam mais força para o seu desenvolvimento.

## **Material e Métodos**

Desenvolveu-se revisão bibliográfica, entre os anos de 2011 e 2015, pesquisando-se periódicos no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo selecionados dezesseis artigos publicados nesse intervalo de tempo (ANEXO A).

Assim, a pesquisa bibliográfica, é um tipo de pesquisa realizada pela maioria dos pesquisadores, mesmo em seu preâmbulo. Esta pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc. Podem ocorrer

pesquisas exclusivamente com base em fontes bibliográficas. (SILVA, 2003).

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica comparativa, empregando, na busca pelas referências, às palavras chaves: agricultura familiar, desenvolvimento rural, políticas públicas, segurança alimentar.

Para a seleção dos trabalhos, utilizaram-se, como critério para inclusão, na pesquisa as palavras chaves que demonstrassem relevância com a importância da agricultura familiar, sendo que somente com a palavra-chave “agricultura familiar” foram encontrados 871 artigos, efetuando a pesquisa com as palavras chave “agricultura familiar” e “desenvolvimento rural”, encontraram-se 104 artigos, com “agricultura familiar” e “políticas públicas” 75 artigos e, finalizando a pesquisa, com as palavras “agricultura familiar” e “segurança alimentar” 33 artigos. A partir da segunda consulta, foram selecionados artigos que apresentavam fatores importantes e relacionados ao seu desenvolvimento, totalizando 16 artigos que vinculam a agricultura familiar de diversas regiões brasileiras e sua importância para a segurança alimentar e a grande necessidade de políticas públicas.

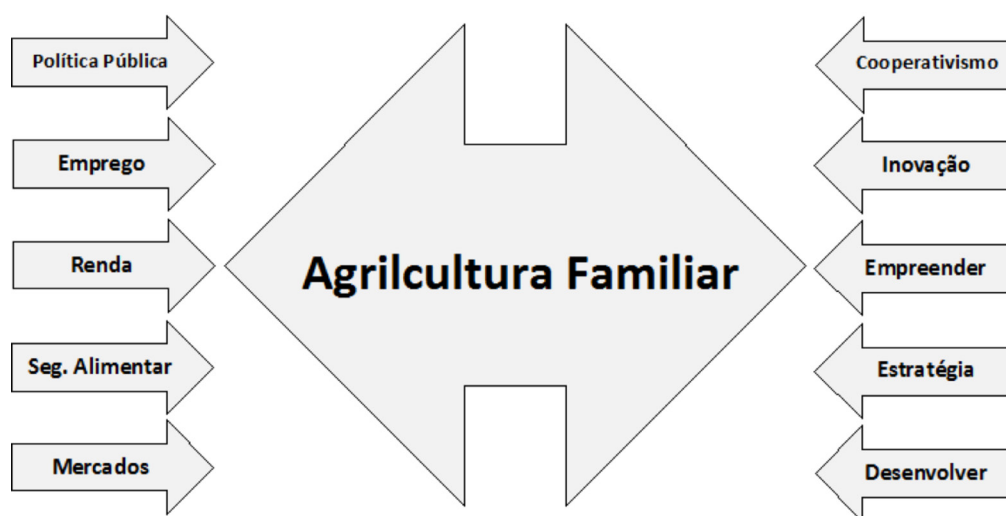
## **Resultado e Discussão**

O levantamento no portal da CAPES, das publicações que abordassem a temática Agricultura Familiar mostrou quão grande e complexa é a relação desses empreendimentos com fatores externos, sem deixar de mencionar a grande importância da agricultura para o desenvolvimento econômico, seja ele local, regional ou nacional devido as suas características de produção de alimentos para a população, matéria prima para as indústrias e de promover condições dignas para os trabalhadores rurais.

Na figura 1 podem-se verificar os pontos relacionados à agricultura familiar nos artigos selecionados, demonstrando a sua dependência a fatores externos e a necessidade de conhecimento sobre a complexidade

do ambiente onde esses empreendimentos estão inseridos, com uma visão sistêmica das atividades desenvolvidas, elaborando estratégias para defesa de ameaças e promover a possibilidade para novas oportunidades.

Figura 1 - Pontos relacionados à Agricultura Familiar nos periódicos selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na tabela 1, serão relacionadas as fontes de pesquisa, periódicos da CAPES e as concentrações dos artigos nestes, como segue: RAIMED – Revista de Administração IMED; RCS – Revista Comunicata Scientiae; REA – Revista Espaço Acadêmico; RECEPE – Revista de Estudos do CEPE; REG – Revista Agroalimentaria; RES – Revista de Estudos Sociais; RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural; RGEDECON – Revista de Gestão e Desenvolvimento em Contexto; RIAE – Revista Ibero Americana de Estratégia; RPO – Revista Pegada On Line; RUVRV – Revista da Universidade do Rio Verde;

Tabela 1 - Relação das fontes pesquisadas

Periódicos	Avaliação	Quantidade	%
RAIMED	B3	1	6,25
RCS	B2	1	6,25
REA	B3	1	6,25
RECEPE	B5	1	6,25
REG	B2	1	6,25
RES	B5	1	6,25
RESR	B1	5	31,25
RGEDECON	C	1	6,25
RIAE	B2	1	6,25
RPO	B4	1	6,25
RUVRV	B5	2	12,50
<b>TOTAL</b>		16	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale ressaltar que, dentre os dezesseis artigos selecionados, somente três abordam agricultura familiar em nível nacional, sendo revisões bibliográficas que contribuem para a compreensão de estruturas mercadológicas, programas de aquisição de alimentos do governo federal e a trajetória da construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Os demais estão relacionados a estados ou localidades específicas, demonstrando que os pequenos produtores estão inseridos em um ambiente microeconômico, com influências locais e regionais de mercado e sociais relacionadas ao comportamento individual e familiar.

Na tabela 2, temos a abrangência da pesquisa em relação à região onde dos estudos foram efetuados, servidor de base para as análises e conclusões.

Tabela 2 - Abrangência da Pesquisa

ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE	%
BRASIL	3	18,75
CEARÁ	1	6,25
MATO GROSSO	2	12,50
MINAS GERAIS	2	12,50
PARANÁ	1	6,25
RIO GRANDE DO SUL	4	25
SÃO PAULO	2	12,50
SUL DO BRASIL	1	6,25
TOTAL	16	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, devido à abrangência da pesquisa, serão analisados os artigos relacionados em nível Brasil e em nível Regional.

### Nível Brasil

Ao analisarmos os periódicos em nível Brasil, verificamos a forte presença do tema

política pública e estrutura mercadológica e as possíveis contribuições para a agricultura familiar brasileira.

Para Grisa e Schneider, 2014, a trajetória de construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil está relacionada a gerações ou momentos chave, relação entre Estado e Sociedade Civil em três gerações ou referenciais, primeiro pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social; o segundo focado em políticas sociais e assistenciais e o terceiro pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental.

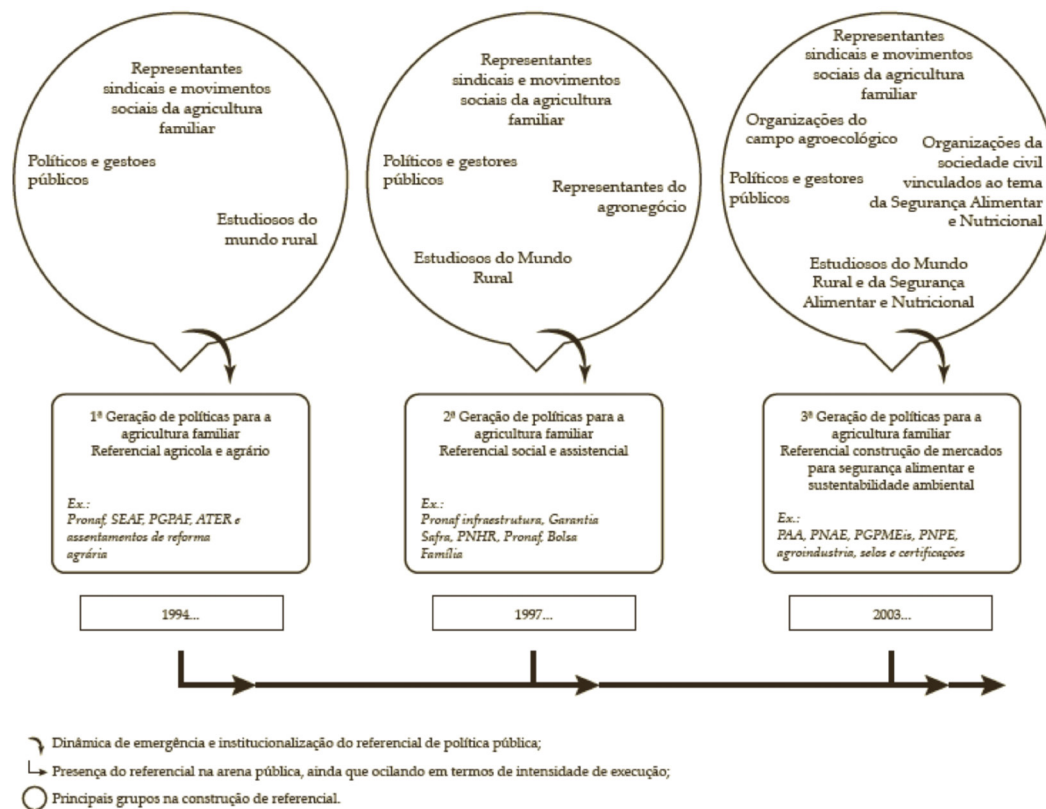
Na figura 2, podemos verificar a evolução das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar ao longo dos anos, representada por três gerações e seus principais atores.

A partir de uma análise cronológica, procuramos mostrar que esses referenciais emergiram em contextos e períodos específicos, subsidiados por reflexões acadêmicas e oportunizados por mudanças políticas, eventos sociais importantes (mobilizações sociais, conflitos agrários) e pela entrada de novos atores e ideias nas arenas públicas. Após a emergência destes referenciais, um olhar retrospectivo permite afirmar que essas gerações resultaram em certa dependência de caminho ou “efeitos de feedback institucionais” e, como as demandas perpetradas pelos atores sociais não foram ainda inteiramente atendidas e as mobilizações sociais persistem, essas gerações de políticas foram se ampliando e novos instrumentos e estratégias de ação foram se agregando (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Com Silva (2011) temos especificamente um relato sobre o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos



Figura 2 - Principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais de política pública para a agricultura familiar ao longo dos anos



Fonte: Grisa e Schneider, 2014.

do Governo Federal, responsável por fomentar a diversificação da produção, com a possibilidade da venda direta dos produtores para as entidades beneficiárias, agregando valor à produção da agricultura familiar e possibilitando que o pequeno agricultor continue no campo, com mais qualidade de vida, contribuindo, dessa forma para o desenvolvimento econômico da região em que está situado.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de

alimentação empreendidas por entidades da rede sócio assistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos (SILVA, 2011).

Para Pinto e Froehlich, 2014, sob um cenário onde valores e vínculos sociopolíticos e ambientais passam a ser estratégicos nas dinâmicas de construção social dos mercados, iniciativas como a do Comércio Justo tornam-

se cada vez mais relevantes, por abordarem o comércio justo no âmbito da discussão sobre as alternativas de acesso a mercados para a agricultura familiar no Brasil.

O principal objetivo do comércio justo é estabelecer contato direto entre os produtores e compradores ou consumidores, diminuindo a burocracia e diminuindo a necessidade de atravessadores e das instabilidades de mercado em relação às *commodities*.

Observou-se que o comércio justo ainda é marcado por uma polissemia, podendo ser apresentado ora como alternativa ao modo de produção capitalista, posição defendida por movimentos militantes radicais; e por outro lado, apresentando-se como uma via de acesso a mercados para os produtores marginalizados do hemisfério sul, posição assumida pelos chamados pragmáticos (PINTO; FROEHLICH, 2014).

### Nível regional

Temos uma contribuição importante em relação ao estado do **Ceará**, trazida por Damasceno et al. 2011, que analisa a contribuição do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no estado do Ceará. Para tal finalidade, foi realizado levantamento de dados primários nos municípios de Baturité, Igutau e Quixadá, os quais reforça estudos sobre a qualificação dos estabelecimentos familiares como **periféricos** com pouco ou nenhum acesso a políticas de crédito ou assistência técnica, com infraestrutura mínima, pouca tecnificação e falta de capital para investimentos.

Assim, considera-se que devem ser implementadas políticas educacionais básicas que proporcionem, aos produtores,

maior nível educacional, fator de extrema importância, tanto para a absorção de conhecimentos e práticas tradicionais de cultivo e criação, como para a adoção de novas tecnologias e viabilização do uso de técnicas de gestão. A educação ambiental também é um importante instrumento a ser implantado, a fim de conscientizar agricultores a respeito das consequências relacionadas à degradação do meio ambiente, o que pode contribuir para a obtenção de maior nível de preservação ambiental. O poder público deve realizar investimentos no sentido de melhorar as condições de saúde e o estado nutricional dos agricultores e de suas famílias que, aliado aos investimentos educacionais, possibilitam maior acumulação de capital humano por parte dos agricultores. Além disso, é essencial a canalização de recursos para o desenvolvimento de infraestrutura produtiva nas localidades em que o estudo foi realizado. Assim como o nível educacional, a existência de infraestrutura física é fator fundamental para viabilizar a adoção de pacotes tecnológicos modernos (DAMASCENO et al., 2011).

Os periódicos relacionados ao estado do **Mato Grosso** utilizam como objetivo o estudo do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, devido aos desafios enfrentados pelos agricultores familiares na comercialização de sua produção, porém os trabalhos expressam a dificuldade de acesso ao programa pelos agricultores, tendo baixa participação e também a existência de problemas logísticos, pois, da produção até o consumo, existe a precariedade de estradas, custo elevado de frete e necessidade de veículos pelos produtores.

Essas dificuldades devem ser eliminadas ou reduzidas para ocorrer a maior participação dos agricultores familiares ao



programa e, conseqüentemente, garantir melhor renda familiar e condição de vida para o homem do campo, a partir dos benefícios provenientes do PAA (CABRAL et al., 2015).

Bergamasco et al. (2014) contribui com estudo, identificando que o PAA tem incrementado a renda dos produtores familiares, pois em conjunto com o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar tornou possível a diversificação na merenda escolar e assegurou a qualidade de produtos que não eram encontrados no comércio local do município em estudo, devido a distância de centros de distribuição, porém o programa é restrito a poucos agricultores, necessitando de extensões rurais que promovam a inserção de novos participantes.

O estado de **Minas Gerais** apresentou pesquisas apresentando agricultores familiares com maior poder de organização, já com cooperativismo de agricultura familiar, porém com grandes desafios, mesmo estando inseridos nos mercados locais ou regionais, sofrem com questões relacionadas com assistência técnica, adequação sanitária, gestão e logística, que se tornam impedimentos para o acesso a políticas de grandes centros de Minas Gerais.

Nesse sentido, faz-se necessária uma política estruturante de apoio às cooperativas da agricultura familiar para o abastecimento do mercado governamental. A existência do programa não é garantia de que as cooperativas vão conseguir comercializar seus produtos. O fato de o PNAE (e PAA também) não remunerarem o empreendimento, mas apenas preverem a remuneração do produto, é algo interessante de ser revisto, pois os custos de operacionalização desses programas são arcados pelos empreendimentos, ou seja, pelos agricultores familiares. Também, faz-se

necessária a adaptação da legislação sanitária à realidade da agricultura familiar e não somente a adequação dos empreendimentos aos normativos. Outro aspecto relevante é relacionado à formação e a capacitação dos cooperados em atividades relacionadas à gestão, ao cooperativismo e às atividades de agroindustrialização. Para tanto, políticas de assistência técnica e extensão rural, de acompanhamento sistemático e contínuo são importantes para tornar os agricultores aptos a gerirem suas cooperativas (COSTA et al., 2015).

Na pesquisa realizada por Silva (2015) identificou-se que, a partir da operacionalização de ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esse acesso ao mercado institucional por uma cooperativa promoveu uma série de mudanças, envolvendo diferentes aspectos de sua rede de relações sociais. Um desses aspectos refere-se à dimensão de ordem técnico-gerencial, envolvendo mudanças significativas nos processos de organização produtiva e nos mecanismos de controle necessários – à medida que se ampliam as operações financeiras.

Dois artigos descrevem casos relacionados ao estado de **São Paulo**, um utilizando como base municípios limítrofes da região que se destaca por reivindicações por terra, sendo um dos principais pontos do Brasil em projetos de assentamentos de Reforma Agrária. Outro estudo buscou discutir essa abertura diante da perspectiva de dez associações e cooperativas de agricultores familiares da região sudoeste do estado de São Paulo, ambos relacionando os programas de aquisição de alimentos, as compras públicas desempenhadas pelo PAA e PNAE, como fator determinante para a manutenção dos empreendimentos familiares, reforçando

que estes oferecem grande contribuição para a segurança e soberania alimentar do país; identificam problemas como a falta de recursos financeiros, dificuldade de acesso aos programas de créditos e financiamentos, falta de infraestrutura, ausência de assistência técnica, moradias precárias, transporte público deficiente, falta de acesso à informação de riscos ocupacionais.

Para Gonçalves (2014), do ponto de vista organizacional, chamam atenção as dificuldades que envolvem o planejamento e a gestão das organizações desses agricultores que, mesmo diante de grandes oportunidades comerciais como as oferecidas pelos programas governamentais de aquisição de alimentos para entidades beneficentes e escolas, ainda esbarram no baixo envolvimento dos próprios associados e cooperados, que ainda comercializam a maior parte de sua produção por intermédio de atravessadores.

Lopes (2012) concluiu que tanto o PAA como a aplicação da Lei Federal 11.947 que compõem o PNAE tem sido exemplos das possibilidades que um Estado que realmente esteja a serviço dos anseios da sociedade possa proporcionar, principalmente com relação a condições de vida mais dignas para a classe camponesa, que terá na produção de alimentos a valorização de sua condição social e, também, para operários que usufruirão as garantias de soberania e segurança alimentar, já que, conforme ficou demonstrado, é a produção das pequenas unidades agrícolas que tem colocado na mesa do brasileiro a maior parte dos alimentos que compõem a cesta básica.

A região **sul do Brasil** tem, em grande maioria, estabelecimentos familiares consolidados, que estão adaptados às exigências do mercado, tem acesso a tecnologias, maiores e melhores áreas de

terra mecanizáveis, relacionam-se com agroindústrias e cooperativas e os em transição. Estes possuem áreas de terras menores ou com menor aproveitamento, suas benfeitorias estão em construção e pelo tamanho da propriedade, em muitos casos, não há viabilidade para grandes investimentos. Partindo dessa informação, serão analisados o artigo do estado do Paraná, os quatro artigos do estado do Rio Grande do Sul e o artigo relacionado ao sul do Brasil.

No **Paraná**, o estudo diagnóstico foi relacionado à sustentabilidade econômica, estudo mais aprofundado com dados primários, buscando a realidade dos estabelecimentos familiares de uma localidade, analisando indicadores sobre capital fundiário, capital em benfeitorias, patrimônio em máquinas e equipamentos, patrimônio em animais e culturas permanentes.

Para aumento da sustentabilidade econômica, pode-se citar a necessidade de aumentar a diversificação das unidades de produção agropecuárias, com implantação de novos sistemas agrícolas que proporcionem maior lucratividade, redução na dependência de insumos, e que proporcionem maior segurança perante as condições edafoclimáticas. A implantação de sistemas agrofloretais dividindo a propriedade em glebas de acordo com a aptidão agrícola do solo, adoção de novos “pacotes tecnológicos”, como integração lavoura-pecuária e agricultura agroecológica, são algumas das alternativas que podem reduzir a insustentabilidade (FEIDEN et al., 2011).

Os periódicos relacionados com o estado do **Rio Grande do Sul** apresentaram assuntos bem variados, partindo desde políticas públicas, relacionadas com avaliação do PNAE em municípios gaúchos e estudo

do PRONAF e suas linhas de crédito, acrescentando estudo sobre a importância das práticas de cooperação entre agricultores familiares a partir de suas relações socioeconômicas endógenas e exógenas. Por fim, apresenta um estudo de canal de distribuição, feira de produtor, oferecendo a percepção dos consumidores em relação a esse mercado que absorve grande parte de produtos originados da agricultura familiar.

Ribeiro et al. (2013) corrobora a conclusão dos demais autores, em que o PNAE cria mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local dos municípios brasileiros, por meio de compras públicas e permite o fortalecimento da agricultura familiar. É importante a continuidade, afirmação e ampliação desse programa e o engajamento dos administradores do ensino público, como secretários estaduais e municipais, prefeitos, coordenadores, diretores, professores, agentes educacionais e comunidade escolar para incentivar essa conquista que pode dar sentido a uma política de segurança alimentar e nutricional que construa um futuro em que a desnutrição, o analfabetismo e o desenvolvimento agrícola.

Desde o surgimento do Pronaf, em 1996, o Programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, tais como contribuir para melhorar as condições de produção e segurar os agricultores no campo; aumentar a oferta de alimentos; aumentar a produtividade de alguns produtos; gerar ocupação e empregos, ações que se refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais, entre outros efeitos benéficos que os estudos têm destacado (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2013).

Para Schneider e Gazolla (2013) considera-se necessário que o Programa necessita dar “um passo à frente” em sua evolução política e ajustar o foco às reais necessidades da agricultura familiar em suas várias dimensões, como nas questões ambientais, nas estratégias coletivas das famílias, o fomento às suas pequenas atividades econômicas e produtivas, incentivos à produção de alimentos (o seu autoconsumo, que está relacionado à segurança alimentar e nutricional), incorporar as atividades rurais não agrícolas e financiar empreendimentos que fortaleçam a célula básica da agricultura praticada em pequena escala – a família.

Tesche e Machado (2012) contribuem com o estudo da importância da prática de cooperação entre agricultores familiares em uma região do Rio Grande do Sul, demonstrando que, de duas relações endógenas se entende a lógica econômica da unidade agrícola familiar de produzir o necessário para o auto sustento com adequado uso da mão de obra familiar disponível. E de outro lado, as relações exógenas dos agricultores familiares favorece a compreensão de diversos costumes, tradições, cultura e simbolismos presentes nessas relações sociais, ao mesmo tempo em que se percebe a transformação em agricultores integrados ao mercado e aos complexos agroindustriais. Entretanto, além das relações de intercâmbio, praticadas com o mercado, existem as trocas de produtos e mão de obra com os vizinhos, parentes e amigos, que preservam as relações de reciprocidade dos antigos agricultores coloniais descendentes de camponeses europeus.

Quando se verifica o estudo relacionado com um determinado canal de distribuição, neste caso a feira de produtor, podemos verificar que a falta de informação ou conhecimento dos produtos pode

prejudicar seu desempenho e, em conjunto o dos agricultores familiares, devido estarem relacionados a grande parte dos produtos que ali se comercializam.

O estudo de Rocha et al. (2012) conclui que a falta de conhecimento do que caracteriza um produto colonial, tradicional ou orgânico, quer por parte dos feirantes, quer dos consumidores, sugere que esses produtos não estão em estrita observância com suas denominações. Feirantes e consumidores destacaram os aspectos higiênicos e sanitários como os mais importantes dentre os problemas existentes na Feira de Produtores de Passo Fundo. Tomados em conjunto, os problemas levantados dão conta do descompasso entre a realidade atual da Feira do Produtor de Passo Fundo e aquilo que se considera como ideal. A Feira do Produtor de Passo Fundo pode se tornar maior e mais atrativa desde que supere as limitações de limpeza, localização, preço e divulgação, dentre outros problemas apresentados pelos feirantes e consumidores.

Diante de todos os periódicos analisados, temos como complemento o estudo das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural, no contexto brasileiro. Mesmo esses agricultores apresentando inúmeras qualidades, estão expostos a desafios relacionados a aspectos socioculturais e características psicossociais, não conseguindo incorporar comportamentos necessários para empreender em um segmento que demanda inovação e está em constante desenvolvimento.

Tomei e Souza (2014) concluem com resultado encontrado em sua pesquisa e com as contribuições teóricas e experiências de sucesso de estudos semelhantes, alguns pontos que se tornam fundamentais para a

implementação de políticas públicas:

- Uma abordagem contingencial, embasada na premissa de que indivíduos e grupos sociais que apresentam características diferenciadas devem ser tratados de formas diferenciadas.
- O foco estratégico e o posicionamento governamental devem favorecer o gerenciamento combinado das questões que envolvem o indivíduo, o ambiente e o processo de empreender.
- No que diz respeito a fatores ligados ao indivíduo, é preciso priorizar o direcionamento de recursos para perfis mais empreendedores, selecionados segundo sua motivação e capacidade de lidar com incerteza e risco.
- No que diz respeito a fatores ligados ao ambiente, é preciso dar continuidade a um trabalho focado em qualidade, buscando indicadores que favoreçam as avaliações objetivas e subjetivas dos resultados da alocação de recursos.
- No que diz respeito a fatores ligados ao processo, é preciso fortalecer e multiplicar programas de formação e incubadoras de negócios, e incentivar a educação gerencial.

## Considerações Finais

Verificou-se que, conceitualmente, pela legislação, a agricultura familiar expressa ideia de simplicidade, porém sua relação com fatores externos é de grande complexidade, principalmente com relação ao seu desenvolvimento socioeconômico, para ser capaz de gerar condições dignas de permanência desses agricultores no campo.

Os estudos apontam que os estabelecimentos familiares estão vinculados a regiões diversas, com características distintas, porém, todos têm a figura do

agricultor familiar vinculados a um negócio, necessitando de desempenho econômico e dependente do mercado, sendo que não houve, na pesquisa, estudos relacionados a **região norte**. A **região nordeste** apresentou características de estabelecimentos periféricos, com pouco acesso a políticas públicas, problemas educacionais, condições precárias de saúde e estado nutricional dos agricultores; na **região centro oeste**, além da baixa participação dos agricultores nas políticas públicas, o estudo sugere a extensão rural para a inserção de novos participantes, bem como aponta problemas logísticos devido à precariedade das estradas, alto custo dos fretes, falta de veículos aos produtores e grandes distâncias de centros de distribuição; na **região sudeste** a presença do cooperativismo é evidente, com inserção local e regional em municípios pequenos, porém para atendimento a grandes centros, esbarra na deficiência de assistência técnica, adequação sanitária, gestão e logística. Outro aspecto foi a dificuldade dos agricultores familiares assentados pela reforma agrária nessa região que não possuem recursos

financeiros, falta de acesso aos programas de crédito e financiamento, falta de infraestrutura, ausência de assistência técnica, moradias precárias, riscos ocupacionais e falta de acesso a informações; a **região sul** apresenta-se como mais desenvolvida que as demais, pois os estudos apontam relação entre as políticas públicas, relações com o mercado e indicadores de sustentabilidade. No entanto, identificam falta de conhecimento dos produtos originados na agricultura familiar pelas suas denominações “colonial”, “tradicional” e “orgânico”, sendo esta falta de informação prejudicial ao seu desempenho econômico. Sugerem pontos fundamentais para implementação de políticas públicas relacionadas às características diferenciadas dos estabelecimentos familiares.

Conclui-se, com base nos trabalhos pesquisados, que as políticas públicas são as responsáveis pelo desenvolvimento dos agricultores familiares e por sua permanência no campo, destacando-se, nos periódicos, as políticas do PRONAF, do PAA e do PNAE, responsáveis pela diversificação de culturas e pela garantia de um mercado justo.

## Referências

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. 2005.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, A. L. A. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, Brasil. **RUVRV-Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n.1, p. 925-935, 2014.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1964.

BRASIL. Lei da Agricultura Familiar. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

CABRAL, F. F.; CARDOSO, M. A.; SEABRA Jr; S.; TEIXEIRA, S. O. Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de Mato Grosso. **RES - Revista de estudos sociais**, v. 17, n.34, p. 78-92, 2015.

COSTA, B. A. L.; AMORIM Jr, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR - Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n.1, p. 109-126, 2015.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. O Impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n.1, p. 129-156. 2011.

FEIDEN, A.; SILVA, N. L. S.; SILVA, P. C. S.; KLEIN, F. G. Sustentabilidade econômica de propriedades rurais da microbacia sanga guabiroba-Nova Santa Rosa-PR. **RCS - Revista Comunicata Scientiae**, v. 2, n.1, p.1, 2011.

GONÇALVES, D. B. Os desafios da agricultura familiar frente aos programas de compras públicas de alimentos: Um estudo sobre agricultores da região sudoeste do estado de São Paulo. **RUVRV - Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v.12, n.1, p. 604-613, 2014.

GRISA, C.; SCHENEIDER, S. Três Gerações de Políticas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

LOPES, D. E.; Almeida, R.A. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Castilho-SP e em Andradina-SP. **RPO – Revista Pegada Online**, v.13, n.1, 2012.

PINTO, N. L.; FROEHLICH, J. M. Agricultura familiar e estratégias de diferenciação para acesso a mercados: As possibilidades do comércio justo no Brasil. **RAG - Revista Agroalimentaria**, v. 20, n.39, p. 79-94, 2014.

RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **RGEDECON – Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v.1, n.1, p.36-49, 2013.

ROCHA, H. C.; COSTA, C.; CASTOLI, F. L. Comercialização de produtos da agricultura familiar: um estudo de caso em Passo Fundo – RS. **RAIMED - Revista de Administração IMED**, v. 2, n.3, p.151-157, 2012.

SANTOS, Gilberto Jose dos. **Administração de custos na Agropecuária**. São Paulo: Atlas. 2009.



SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR - Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.51, n.1, p. 45-68, 2013.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, M. G.; Dias, M. M.; AMORIM JR, P. C. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR - Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.53, n.1, p. 109-126, 2015.

SILVA, V. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fomentador da diversificação e a agregação de valor na agricultura familiar. **REA - Revista Espaço Acadêmico**, v.10, n.117, p. 99-104, 2011.

SMANIO, Gianpaolo. **O Direito e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas. 2013.

TESCHE, R. W.; MACHADO, J. A. D. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. **RECEPE – Revista Estudos do CEPE**, n.36, p. 7-37, 2012.

TOMEI, P. A.; SOUZA, ALVES, D. A.; SOUZA, A. Análise das barreiras que dificultam a transformação do Agricultor Familiar em Empreendedor Rural no contexto brasileiro. **RIAE - Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v.13, n.3, p. 107-122, 2014.